



Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais



1. AUSÊNCIA DE ETP, TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO E ANÁLISE DE RISCO.

1.1. Considerando o disposto no art. 32, inciso I, do Decreto nº 4.315/2024, que regulamenta a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), e tendo em vista que a contratação visa à aquisição de carrinho de carga para atender às demandas do Almoxarifado solicitado pela Secretaria Municipal de Administração de Patrocínio, diante da movimentação interna de materiais, insumos, equipamentos e cargas diversas, visando garantir maior eficiência logística, segurança no manuseio e preservação da integridade física dos servidores, e ainda que o valor da contratação é inferior ao limite estabelecido no inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a não obrigatoriedade da elaboração do ETP.

1.2. A presente contratação tem por finalidade suprir uma necessidade imediata e essencial da Secretaria Municipal de Administração responsável pelo almoxarifado setor estratégico responsável pelo recebimento, armazenamento, organização, controle e distribuição de materiais destinados às diversas secretarias e unidades administrativas da Prefeitura. Atualmente, a Secretaria dispõe poucas unidades de carrinho, porém eles não atende a quantidade de demandas, ainda devido ao grande crescimento institucional, houve um aumento nas demandas internas. Diante dos fatos, a aquisição de novos carrinhos é indispensável para garantir a eficiência operacional, a qualidade dos serviços executados e o pleno atendimento das demandas dos setores interno e externo.

1.4. A demanda configura-se como necessidade técnica imediata, tendo em vista que o setor realiza grande volume entregas, organizacionais que dependem das movimentações contínua de insumos.

1.5. Dessa forma, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar mostra-se desnecessária, uma vez que sua finalidade analisar viabilidade, propor alternativas e estimar recursos já está plenamente atendida pela clareza da necessidade apresentada, e pela especificidade da contratação requerida. Trata-se de aquisição objetiva, de baixo valor e destinada a suprir demanda imediata da Secretaria, não havendo complexidade técnica que justifique a elaboração de documentos adicionais de maior aprofundamento

1.6. Além disso, a contratação apresenta escopo técnico claramente definido, natureza pontual e baixo impacto orçamentário, o que dispensa, nos termos da legislação vigente, a elaboração de documentos de planejamento mais complexos, tais como Termo de Referência, Projeto Básico e Análise de Risco, sem prejuízo da regular instrução do processo.





Prefeitura Municipal de Patrocínio Estado de Minas Gerais



1.7. Diante do exposto, considera-se plenamente justificada a não elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência, do Projeto Básico e da Análise de Risco, uma vez que a contratação possui natureza simples, escopo bem delimitado e baixo impacto financeiro. Ressalta-se que o processo permanecerá devidamente instruído com todos os demais documentos obrigatórios, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 4.315/2024, garantindo-se a observância dos princípios da legalidade, transparência e eficiência na gestão pública.

Patrocínio, 8 de janeiro de 2026.

Geovana Rodrigues Gonçalves
Equipe de Planejamento